

Ano XX nº 5551 – 13 abril de 2017

Para a CUT, recuo de Temer é insuficiente



A informação de que o presidente Michel Temer recuou em relação a alguns itens da reforma da Previdência foi interpretado pela CUT como um efeito da pressão popular sobre os deputados. Mas não é suficiente, segundo o presidente da central, Vagner Freitas. "Queremos que ele retire esse projeto de tramitação, tem que derrubar esse projeto. A CUT não vai sentar com o Temer para negociar, tem que retirar", afirmou o dirigente. "Qualquer reforma, nós só sentamos para discutir quando a democracia for restabelecida no Brasil", acrescentou.

As alterações, anunciadas pelo relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA), devem ocorrer em cinco itens: aposentadoria de trabalhadores rurais, benefícios de prestação continuada (BPC), pensões, aposentadoria de professores e policiais e regras de transição para o novo regime. A proposta de idade mínima seria inegociável, segundo o governo e o relator.

A CUT vê essa inflexão como efeitos das manifestações de 8, 15 e 31 de março. As centrais sindicais preparam uma paralisação nacional para o dia 28, contra as reformas da Previdência e trabalhista, além da lei sancionada por Temer no dia 31 de março sobre terceirização.

É preciso manter a pressão sobre os parlamentares para que eles votem contra as reformas da Previdência e trabalhista, bancários e demais categorias devem enviar e-mails aos deputados dizendo que se votarem a favor não serão reeleitos.

Dê sua opinião sobre reformas do governo Temer

O SindBancários Petrópolis, disponibilizará a partir de hoje, um formulário de consulta para saber a sua opinião sobre a Reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a terceirização.

"É muito importante ouvir a opinião de cada trabalhador e trabalhadora da nossa categoria no seu local de trabalho", afirmou Marcos Alvarenga, Presidente do sindicato.

Os formulários serão recolhidos na próxima semana, entre os dias 19 e 20/04, participe!

Negociado sobre legislado recebe maioria de emendas na reforma trabalhista

A prevalência de acordos e convenções coletivas entre patrões e empregados sobre a legislação, ponto central da chamada reforma trabalhista (PL 6.787/16), foi o principal tema das 842 emendas apresentadas à proposta do governo. Essa também é a espinha dorsal do texto enviado pelo Executivo em dezembro do ano passado. Foram 155 emendas sobre o tema, 18,4% do total.

Pela proposta, o acordo coletivo vai prevalecer para 13 pontos específicos, entre eles plano de cargos e salários e parcelamento de férias anuais em até três vezes.

As emendas tratam de cerca de 110 temas diferentes, desde a proibição de revista íntima dos trabalhadores pela empresa até o trabalho de adolescentes. Os assuntos que receberam mais sugestões já estão tratados na proposta do Executivo como a duração da jornada de trabalho, o trabalho temporário e o representante dos trabalhadores nas empresas.

A homologação da rescisão do contrato de trabalho, que teve 29 emendas apresentadas, é relacionada a uma das principais fontes de disputas judiciais atualmente no País.

Cerca de 58% dos 10 milhões de processos na Justiça do Trabalho, atualmente, tratam de rescisão do contrato de trabalho, de acordo com o estudo Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2016.

A reforma trabalhista foi a terceira recordista em emendas entre as propostas que já passaram por comissões especiais da Câmara. Ela ficou atrás da então proposta do Plano Nacional de Educação (PNE, atual Lei 13.005/14) de 2014 a 2024, com 3.365 emendas; e do Código de Processo Civil (atual Lei 13.105/15), com 900 emendas.